

OSVALDO PERALVA

Para os habitantes da capital da República, 1986 é um ano de especial significado político, com a possibilidade que se abre de exercer a sua soberania. As demais unidades federativas deram, em 1982, grande salto com a entrega das governanças a líderes sufragados diretamente pelo povo. Submetida a estatuto discriminatório, Brasília permaneceu à margem do território democrático, como sede de um Governo Central autoritário e administrada por um coronel que não tinha compromissos com a população, pois a fonte de seu poder não era o povo, mas o general-presidente.

Essa realidade está presente na memória de todos. Lembrá-la aqui serve apenas como ponto de referência na evolução dos acontecimentos. Já o ano passado, com a proclamação da Nova República, o quadro se alterou: não mais as arbitrariedades e violências das medidas de emergência, não mais a proibição prática do uso da greve como forma de reivindicação dos trabalhadores, não mais a fisionomia de caserna que haviam emprestado à cidade. O Governador, embora ainda indicado pelo Presidente e aprovado pelo Senado, já era um civil, deputado federal dos mais votados do País, portanto com raízes no povo, e o Presidente que o indicava também um civil, que havia feito toda uma carreira política em contato com as urnas populares.

Essa situação nova produziu, de imediato, um efeito no sentido de reconhecer aos brasilienses o direito de voto. Pela Emenda Constitucional de 15 de maio do ano passado, dava-se o primeiro passo ao encontro dos desejos autonomistas do Distrito Federal: em 15 de novembro de 1986, seus eleitores poderão fazer-se representar no Congresso Constituinte através de uma bancada de oito deputados e três senadores.

A importância dessa estreia político-partidária, a utilização desse direito por uma população de cerca de 1,6 milhão de habitantes, tem sua contrapartida na responsabilidade de votar muito, e bem. Votar muito quer dizer, antes de tudo, preparar-se para exercer essa franquia, registrando-se como eleitor ou transferindo seu título para aqui, de acordo com a fórmula cunhada de que quem mora em Brasília, vota em Brasília. Pequeno comparecimento às urnas seria desastroso, pela interpretação que autorizaria de um desinteresse dos moradores da capital pela maioria política. Isso prejudicaria bastante o trabalho de sua bancada na Constituinte, quando deverá pleitear eleição direta do Governador, de uma Assembléia Legislativa e de Câmaras de Vereadores nas cidades-satélites.

A propósito, tramita no Congresso Nacional emenda que prevê a eleição direta do

Governador já no pleito deste ano. As chances de que seja aprovada são, entretanto, mínimas. No momento em que o PDT e o PT fazem campanha para encurtar o mandato do presidente Sarney, estabelecendo eleição direta imediata para a Presidência da República, a aprovação de emenda semelhante, para o caso específico do Distrito Federal, seria um precedente que as forças da Aliança Democrática, por sua esmagadora maioria, tentarão evitar. Claro que as situações são distintas, porém possuem semelhanças não desprezíveis para os Srs. Brizola e Lula.

De todo modo, raciocinando com base nos dados da realidade presente, que asseguram aos brasilienses a escolha de uma bancada de onze constituintes federais, cumpre ao Governo e à Justiça Eleitoral velarem para que essa bancada seja realmente representativa das diversas camadas da população.

É preciso conjurar o perigo de que o voto, esse voto virgem do brasiliense, seja maculado, pervertido e deformador da vontade e dos interesses dos votantes. Arma-se todo um mecanismo para eleger apenas os ricos, e sobretudo os ricos e aventureiros. Pelo que transparece até o momento, os espaços já estão superlotados por falsos líderes, líderes de si mesmos, demagogos sem bandeira nem es-

crúpulos. As demonstrações de abuso do poder econômico são visíveis e chocantes, capazes de conspurcar e rebaixar a ideia mesma de democracia.

Os verdadeiros líderes não de surgir no bojo da campanha eleitoral, se não forem sufocados pelos mercedores de votos e de consciência. Não é possível que em plena capital da República procure-se transformar a primeira demonstração de soberania do povo numa feira livre, com os presídios, os espertalhões, os vigaristas protagonizando a cena.

Ainda em relação com o pleito eleitoral, providências merecem ser tomadas com rigor para evitar a poluição visual da propaganda em lugares não permitidos. Talvez os meios de comunicação tenham um papel importante a desempenhar nessa questão, sob a forma de campanha educativa, que atinja ao mesmo tempo o candidato e o eleitor. Ao primeiro, trata-se de persuadir de que não pode ser bom representante da cidade (ou das cidades do DF) quem picha suas paredes, seus monumentos, e prega cartazes em pontos indevidos. E ao eleitor, que puna o candidato incivilizado, negando-lhe seu voto.

Mas é fundamentalmente ao poder público que compete defender a limpeza da cidade contra os mal-educados que iniciam a carreira política poluindo os lugares onde moram.